

Judicialização da Assistência Farmacêutica: Análise em Muriaé-MG, 2023.

TEIXEIRA, Pamella P.¹; DA SILVA, Patrícia O.²; CRESPO, Juliana Maria R.S.³;
AMARAL, Paulo S. P.⁴.

¹ Estudante do curso de Farmácia da Universidade Iguçu; ² Estudante do curso de Direito da Universidade Iguçu; ³ Docente da Universidade Iguçu; ⁴ Docente da Universidade Iguçu.

Email: 210069050@aluno.unig.edu.br.

TIPO DE PROJETO: (X) PESQUISA () EXTENSÃO

Resumo

O direito à saúde, preconizado no SUS, envolve controle e tratamento adequado das doenças, e, por conseguinte, o acesso e a garantia da assistência farmacêutica. A 'judicialização da saúde', em alguns casos, tem sido a única maneira dos medicamentos serem adquiridos. Como consequência, é possível observar um número elevado de ações judiciais no campo da Assistência Farmacêutica, tendo como objeto a judicialização de medicamentos. Este estudo investiga a judicialização da saúde em Muriaé-MG, com foco nas ações judiciais de 2023 destinadas ao acesso a medicamentos. O objetivo é identificar as necessidades assistenciais específicas por meio de uma pesquisa empírica descritiva-analítica, com dados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais sobre o perfil das ações, beneficiários e decisões. Os resultados foram planilhados no EXCELL®. Foram analisados 15 processos, ajuizados contra o município de Muriaé/MG. Os medicamentos mais solicitados são aqueles destinados ao tratamento de câncer e de doenças autoimunes. Considerando que as ações foram ajuizadas em 2023, a maioria ainda não obteve o provimento jurisdicional definitivo, encontrando-se em fase de saneamento. Constatou-se que cerca de 34% das demandas analisadas obtiveram procedência da tutela de urgência requerida, cerca de 40% obtiveram parcial procedência da tutela de urgência. É possível considerar que a pesquisa pode aprimorar as políticas de saúde e fomentar a formação interdisciplinar entre Farmácia e Direito, além de sugerir a mediação como uma solução viável para conflitos na saúde.

Palavras-Chave: Acesso a Medicamentos. Demandas Judiciais. Políticas Públicas de Saúde. Mediação de Conflitos.

Instituição de fomento: Programa de Iniciação Científica (PIC-UNIG/RJ).